UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 6372/2019

Por despacho exarado, a 07/03/2019, pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira, no uso de competência própria, foi autorizada a celebração dos seguintes contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental:

Doutora Ana Cristina Pereira Gonçalves, como Professora Auxiliar, em regime de dedicação exclusiva, com o posicionamento remuneratório entre o 53.º e o 54.º níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória única, a que corresponde a remuneração de € 3.191,82.

A contratação com início a 20/03/2019, resulta do concurso documental internacional destinado ao preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de Professor Auxiliar, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, para desempenho de funções na Faculdade de Medicina, aberto por Edital n.º 1095/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 14 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 947/2018, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 18 de dezembro.

Doutor Francisco José Fernandes Vale, como Professor Auxiliar, em regime de dedicação exclusiva, com o posicionamento remuneratório entre o 53.º e o 54.º níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória única, a que corresponde a remuneração de € 3.191,82.

A contratação com início a 21/03/2019, resulta do concurso documental internacional destinado ao preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de Professor Auxiliar, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, para desempenho de funções na Faculdade de Medicina, aberto por Edital n.º 896/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 934/2018, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 14 de dezembro.

Doutor Rufino Martins da Silva, como Professor Associado, em regime de tempo integral, com o posicionamento remuneratório entre o 38.º e o 39.º níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória única, a que corresponde a remuneração de € 2.400,69.

A contratação com início a 20/03/2019, resulta do concurso documental internacional destinado ao preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de Professor Associado, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, para desempenho de funções na Faculdade de Medicina, aberto por Edital n.º 872/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 11 de setembro.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

22/03/2019. — A Chefe de Divisão de Planeamento e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, *Maria do Carmo Mateus*.

312185368

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina

Despacho (extrato) n.º 3921/2019

Por despacho do Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa de 28 de fevereiro e parecer prévio favorável do Reitor da Universidade de Lisboa de 11/02/2019 foi aprovada a renovação dos contratos a termo certo com os docentes a seguir mencionados:

Doutor Luís Miguel da Rocha Lopes, renovado o contrato como Professor Auxiliar Convitado a 0 % da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com efeitos a 01 de setembro de 2018, conforme o artigo 15.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 205/09 de 31/08 conjugado com o regulamento da Universidade de Lisboa sobre a vinculação de docentes especialmente contratados publicado a 18 de novembro de 2013 na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

Doutor Fernando Manuel Pinto Ferreira Domingos, renovado o contrato como Professor Auxiliar Convitado a 30 % da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com efeitos a 01 de março de 2019, conforme o artigo 15.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 205/09 de 31/08 conjugado com o regulamento da Universidade de Lisboa sobre a vinculação de docentes especialmente contratados publicado a 18 de novembro de 2013 na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

Doutora Maria Catarina Mota da Silva, renovado o contrato como Professora Auxiliar Convitada a 30 % da Faculdade de Medicina da

Universidade de Lisboa, com efeitos a 05 de janeiro de 2019, conforme o artigo 15.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 205/09 de 31/08 conjugado com o regulamento da Universidade de Lisboa sobre a vinculação de docentes especialmente contratados publicado a 18 de novembro de 2013 na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

12/03/2019. — O Diretor Executivo, *Luís Pereira*.

312135236

Faculdade de Medicina Veterinária

Aviso n.º 6373/2019

Aviso de abertura de procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de um(a) Investigador (a) doutorado(a) — Ref.ª PTDC/BTM-SAL/32085/2017 “ADC1.1”- 02/SAICT/2017 (Projeto n.º 32085).

1 — Por despacho de 25 de março de 2019, do Presidente da FMV-ULisboa, Professor Doutor Rui Manuel de Vasconcelos e Horta Caldeira, ao abrigo de competência delegada pelo Reitor da Universidade de Lisboa, nos termos do Despacho n.º 10594/2018, publicado no *Diário da República*, n.º 220, 2.ª série, de 15/11/2018, procede-se à abertura de procedimento concursal de seleção internacional para contratação de um(a) Investigador(a) Doutorado(a) para o exercício de atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, na área de Ciências Biológicas e Biomédicas, no Laboratório de Microbiologia e Imunologia do CIISA — Centro de Investigação Interdisciplinar em Sanidade Animal, Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade de Lisboa, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), financiado por fundos nacionais (FCT/OE) e co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no âmbito do projeto de investigação “Desenvolvimento de uma nova classe de moléculas de conjugados de anticorpos para o tratamento do cancro” (PTDC/BTM-SAL/32085/2017 “ADC1.1”- 02/SAICT/2017 — Projeto n.º 32085).

O contrato vigorará durante 30 meses coincidentes com o período de execução do projeto em causa de acordo com a dotação orçamental disponível.

2 — Plano de trabalhos: este projeto tem como principal objetivo o desenvolvimento de uma nova classe de moléculas de conjugados de anticorpos para o tratamento do cancro. O/a contratado/a estará envolvido nas diversas atividades contempladas no projeto, nomeadamente:

- a) Seleção de variantes de conjugados de anticorpos
- b) Expressão e purificação de variantes de conjugados de anticorpos
- c) Estudos de atividade in vitro de variantes de conjugados de anticorpos
- d) Estudos in vivo de biodistribuição/toxicidade e eficácia de variantes de conjugados de anticorpos.

3 — Legislação aplicável:

a) Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (RJEC), na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, tendo ainda em consideração o disposto pelo Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro.

b) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e respetivas alterações.

4 — Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho o presente procedimento concursal está dispensado da autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, designadamente a referida no n.º 3 do artigo 7.º da LTFP: da obtenção do parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, referido no n.º 5 do artigo 30.º da LTFP e do procedimento de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, referido no artigo 265.º da LTFP.

5 — Nos termos dos n.ºs 1 a 4 do artigo 13.º do RGEC, o Júri tem a seguinte composição:

Doutor Frederico Nuno Castanheira Aires da Silva, Investigador da FMV-ULisboa (Presidente);

Doutor Luís Manuel Morgado Tavares, Professor Catedrático da FMV-ULisboa;

Doutora Sandra Isabel Rodrigues de Aguiar, Investigadora da FMV-ULisboa;

6 — O local de trabalho situa-se no Laboratório de Microbiologia e Imunologia do CIISA — Centro de Investigação Interdisciplinar em Sanidade Animal, da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, sita na Av. da Universidade Técnica, 1300-477 Lisboa.

7 — A remuneração mensal a atribuir é a prevista no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro, correspondente ao nível 33 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, no valor mensal de 2.128,34 Euros.

8 — Ao concurso podem ser opositores candidatos nacionais, estrangeiros e apátridas que sejam titulares do grau de doutor, em ramo de conhecimento ou especialidade que abranja a área científica de Ciências Veterinárias, Ciências Biomédicas, Ciências Biológicas ou áreas afins e detentores (as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado às atividades a desenvolver, bem como aqueles a quem, nos termos da legislação aplicável, foi reconhecida a totalidade dos direitos inerentes à titularidade do grau de Doutor, ou a quem, haja sido concedido reconhecimento, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto ao grau de Doutor e sejam ainda detentores(as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver.

O reconhecimento do grau de doutor, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, deverá ser obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o(a) candidato(a) ordenado(a) em lugar elegível tenha obtido o grau de doutor no estrangeiro.

São ainda requisitos obrigatórios:

- a) Certificação em Experimentação Animal,
- b) Domínio da língua inglesa (escrito e falado).

9 — Requisitos Preferenciais:

- a) Experiência em técnicas de biologia molecular, incluindo PCR; clonagens, sequenciação;
- b) Experiência em seleção e caracterização de anticorpos, nomeadamente tecnologia de Phage Display; Biacore, western blot, ELISA, imunofluorescência, citometria de fluxo;
- c) Experiência em expressão e purificação de anticorpos e proteínas recombinantes;
- d) Experiência em cultura de células,
- e) Experiência em experimentação animal, nomeadamente em modelos de xenotransplantes;

10 — São requisitos gerais de admissão a concurso os definidos no artigo 17.º da LTFP e os requisitos especiais os definidos no ponto anterior.

11 — Formalização das candidaturas:

11.1 — As candidaturas são formalizadas mediante requerimento, disponibilizado na página web da FMV-ULisboa (www.fmv.ulisboa.pt), dirigido ao Presidente do Júri (endereço eletrónico: fasilva@fmv.ulisboa.pt e expediente@fmv.ulisboa.pt, com a identificação da Ref.ª PTDC/BTM-SAL/32085/2017 “ADC1.1”- 02/SAICT/2017 — Projeto n.º 32085. No requerimento de candidatura deverá o(a) candidato(a) indicar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito deste procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, para o endereço eletrónico indicado na candidatura.

11.2 — A candidatura é acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia de certificado de habilitações ou diploma;
- b) Carta de motivação;
- c) *Curriculum vitae* detalhado;

11.3 — Os candidatos remetem os documentos referidos em 11.1 e em 11.2, em formato eletrónico não editável (PDF), para o endereço de correio eletrónico acima referido, expedido até ao último dia do prazo de abertura do concurso, o qual se fixa em 10 dias úteis após publicação deste Aviso no *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público e nos sítios na internet da instituição contratante e da FCT, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa. Pode um candidato, com fundamento na impossibilidade ou dificuldade técnica no envio por correio eletrónico de algum dos documentos referidos em 11.1 e em 11.2, entregá-los em suporte físico, respeitando a data atrás referida, por correio registado com aviso de receção para o endereço postal Faculdade de Medicina Veterinária, Avenida da Universidade Técnica, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-477 Lisboa ou por mão própria no Expediente desta Instituição. Não sendo aceite a justificação do candidato para a entrega de documentos apenas em suporte físico, é-lhe concedido pelo Presidente do Júri um prazo de 5 dias úteis para os apresentar também em suporte digital.

11.4 — A candidatura e os documentos podem ser apresentados em português ou inglês.

12 — Não serão admitidos a concurso os candidatos que não cumprirem o disposto no ponto 11, sendo liminarmente excluídos os candidatos que não apresentem a candidatura utilizando o formulário, ou não entreguem todos os documentos referidos nas alíneas a) a c) do ponto 11.2, ou que os apresentem de forma ilegível, incorretamente preenchidos, ou inválidos. Assiste ainda ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida e para efeitos da sua admissão a concurso, a apresentação de documentos comprovativos das respetivas declarações.

13 — Nos termos do artigo 5.º do RJEC a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos.

14 — A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade:

- a) Da produção científica, tecnológica e académica, em particular dos últimos cinco anos, considerada mais relevante pelo candidato;
- b) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento, em particular dos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato;

15 — O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do candidato, quando fundamentado em suspensão da atividade científica por razões socialmente protegidas, nomeadamente, por motivos de licença de parentalidade, doença grave prolongada, e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas.

16 — São critérios de avaliação:

As candidaturas serão avaliadas tendo em conta:

- a) A avaliação do Percurso Científico e Curricular (CV), com incidência sobre três vertentes, nomeadamente as habilitações académicas, avaliação do percurso científico e curricular nas áreas indicadas nos pontos 8 e 9;
- b) Carta de motivação (CM), que descrever a relevância do percurso profissional.
- c) Entrevista dos candidatos (E) aplicável aos 5 candidatos melhor posicionados na ordenação decorrente da avaliação do percurso científico e curricular, que se destina exclusivamente à clarificação de aspetos relacionados com os resultados da atividade desenvolvida na(s) área(s) disciplinar(es) do procedimento concursal indicadas nos pontos 8 e 9, tendo em conta os requisitos específicos e a avaliar a competência do candidato para exercer as funções a desempenhar, valendo esta 10 % da classificação final. Esta entrevista poderá ser realizada por teleconferência.

A classificação final (CF) será determinada pela seguinte fórmula:

$$CF = CV \times 0,8 + CM \times 0,1 + E \times 0,1$$

17 — O Júri, sempre que entenda necessário, pode solicitar ao candidato a apresentação de documentos adicionais comprovativos das declarações do candidato, que sejam relevantes para a análise e classificação da sua candidatura.

18 — Cada membro do júri atribui uma classificação a cada um dos candidatos em cada critério de avaliação, numa escala de 0-20 pontos, procedendo à ordenação dos candidatos em função da respetiva classificação final constituída pelo somatório das classificações parciais atribuídas em cada critério de avaliação, e tendo em consideração a ponderação atribuída a cada parâmetro.

19 — O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções.

20 — Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

21 — A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final são afixadas nas instalações da FMV-ULisboa, publicitadas na sua página eletrónica, sendo os candidatos notificados por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, sem prejuízo do disposto nos artigos 110.º a 114.º do Código do Procedimento Administrativo.

22 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

23 — Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final:

Após notificados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar. No prazo de 90 dias, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

24 — O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação

da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

25 — Política de não discriminação e de igualdade de acesso: A FMV-ULisboa promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

26 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

25 de março de 2019. — O Presidente da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, *Doutor Rui Manuel de Vasconcelos e Horta Caldeira*, Professor Catedrático.

312171979

Instituto Superior de Agronomia

Despacho n.º 3922/2019

Por subdelegação de competências, nos termos do Despacho n.º 8388/2018, do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 28 de agosto, a Vice-Presidente do Instituto Superior de Agronomia, ouvido o Conselho Científico, nomeia o júri para as provas de equivalência ao grau de Mestre, requeridas por Marie Lucienne Madeleine Simon:

Presidente: Doutora Margarida Gomes Moldão Martins, Professora Associada com Agregação do ISA.

Vogais:

Doutor Vítor Manuel Delgado Alves, Professor Auxiliar do ISA;
Doutora Marta Maria Moniz Nogueira Abreu, Investigadora Auxiliar do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária.

26 de março de 2019. — A Vice-Presidente do Instituto Superior de Agronomia, *Prof.ª Doutora Maria Helena Mendes da Costa Ferreira Correia de Oliveira*.

312177787

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso (extrato) n.º 6374/2019

Por meu despacho de 08 de novembro de 2018, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade de Lisboa, foi autorizada após conclusão do período experimental a manutenção de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em regime de exclusividade, na categoria de Professora Auxiliar, com efeitos a 02 de abril de 2019 à Doutora Ana Lúcia da Silva Romão, mantendo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

Relatório final relativo à avaliação do período experimental da Professora Auxiliar Doutora Ana Lúcia da Silva Romão

Considerando que em face dos pareceres emitidos pelos Professores deste Instituto, o Professor Catedrático Doutor João Manuel Ricardo Catarino e Professor Associado Doutor Ricardo João Magro Ramos Pinto, nos termos do artigo 25.º do ECDU, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, o Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, reunido a 16 de outubro de 2018, aprovou por unanimidade a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na mesma categoria, findo o período experimental, da Doutora Ana Lúcia da Silva Romão.

21 de janeiro de 2019. — O Presidente do ISCSP, *Prof. Cat. Manuel Meirinho*.

312180572

Aviso (extrato) n.º 6375/2019

Por despacho por mim proferido em 19 de dezembro de 2018, por delegação de competências:

Doutora Maria João Militão Ferreira de Sousa Pereira, na sequência de aprovação em procedimento concursal, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria de Professora Associada, em regime de *tenure*, em dedicação exclusiva, na área disciplinar de Relações Internacionais do mapa de pessoal do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 220 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, com efeitos a 1 de janeiro de 2019.

22 de março de 2019. — O Presidente, *Prof. Cat. Manuel Meirinho*.
312177316

Aviso (extrato) n.º 6376/2019

Por despacho por mim proferido em 19 de dezembro de 2018, por delegação de competências:

Doutor Pedro Gomes Rodrigues, na sequência de aprovação em procedimento concursal foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por um quinquénio em período experimental, em regime de dedicação exclusiva, na categoria de Professor Auxiliar, na área disciplinar de Administração Pública do mapa de pessoal do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, com efeitos a 1 de janeiro de 2019.

22 de março de 2019. — O Presidente, *Prof. Cat. Manuel Meirinho*.
312177746

Aviso (extrato) n.º 6377/2019

Por despacho por mim proferido em 19 de dezembro de 2018, por delegação de competências:

Doutora Carla Cristina Graça Pinto, na sequência de aprovação em procedimento concursal, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria de Professora Associada, em regime de *tenure*, em dedicação exclusiva, na área disciplinar de Serviço e Política Social do mapa de pessoal do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 220 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, com efeitos a 1 de janeiro de 2019.

22 de março de 2019. — O Presidente, *Prof. Cat. Manuel Meirinho*.
312177462

Instituto Superior Técnico

Edital n.º 485/2019

Faz-se saber que, perante este Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (abreviadamente designado Instituto) e pelo prazo de 30 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de uma vaga de Professor Associado, na área disciplinar de Eletrónica, do Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, nos termos dos artigos 37.º a 51.º, 61.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto (abreviadamente designado ECDU), e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento geral de concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade de Lisboa, aprovado por despacho reitoral de 16 de fevereiro de 2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 45, de 5 de março de 2015 (abreviadamente designado Regulamento).

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”